



CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

TELEFONE 234 329 600 - TELEFAX 234 329 601 - 3830-044 ÍLHAVO

DESPACHO

Autorização para acumulação de funções

Considerando:

- 1) Que o anterior normativo legal que regula a acumulação de funções públicas ou privadas, por parte de titulares de órgãos, funcionários ou agentes, data já de 1993, com quase vinte anos de existência;
- 2) Que as circunstâncias da época são substancialmente diferentes das que vigoram actualmente;
- 3) Que na Inspeção recentemente realizada foram levantadas algumas questões designadamente quanto à concretização das razões de facto que justificam e legitimam a acumulação e a inexistência de conflitos resultantes da acumulação;
- 4) Que a existência de incompatibilidade e de impedimentos contribui para garantir a imparcialidade no exercício de funções públicas;
- 5) Que embora alguns requerimentos, mais recentes cumprem na íntegra o actual normativo legal, importa aproveitar o momento para regularizar todas as autorizações.

Determino:

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 68 da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e para os efeitos previstos nos artigos 25 e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro que:

- a) Cessam todas as autorizações dadas até aqui, para acumulação de funções públicas e privadas, com as exercidas nesta Câmara Municipal, com efeitos a 30 de Junho próximo;
- b) Qualquer pedido de acumulação de funções deverá ser requerido nos termos do estabelecido no art. 25º e ss da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações sofridas, não bastando a simples enumeração formal das condições legais exigidas, devendo, designadamente serem concretizadas as razões de facto que justificam e legitimam a acumulação e a inexistência de conflitos supervenientes da acumulação de funções.

Divulgue-se pela estrutura municipal.

Cumpra-se.

Ílhavo, aos 24 de Maio de 2010

O Presidente da Câmara Municipal


/ José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º /